

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

EDITORIAL

Prezadas e prezados colegas da Advocacia-Geral da União

O mês de janeiro marcou o início de um novo ciclo de planejamento e atuação para a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União. A unidade iniciou o ano com a definição de ações estruturantes para 2026, entre as quais se destaca a campanha institucional **No Tom da Integridade**, iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da cultura ética e à ampliação da prevenção de riscos no âmbito da AGU. A campanha está sendo desenvolvida de forma colaborativa com a Coordenação de Integridade Pública da Corregedoria da AGU, o Núcleo de Governança e Integridade e a Assessoria Especial de Comunicação da AGU (Ascom/AGU), sob a liderança da Comissão de Ética.

No período, a Comissão também participou de eventos e iniciativas relacionados à atenção à saúde mental, em sintonia com a campanha Janeiro Branco — movimento dedicado à conscientização sobre o cuidado emocional e à promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e respeitosos. As atividades constituíram espaço qualificado de reflexão e reafirmação do compromisso institucional com a ética, a integridade e a boa governança no serviço público.

Além dessas ações, a Comissão de Ética da AGU manteve sua agenda permanente de orientação, prevenção e disseminação de boas práticas de conduta, participando de encontros e diálogos com diferentes unidades da AGU. Com isso, reafirma seu papel estratégico na consolidação de um serviço público cada vez mais íntegro, responsável e comprometido com o interesse coletivo.

Boa leitura!

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

DESTAQUES

CAMPANHA INSTITUCIONAL “NO TOM DA INTEGRIDADE”

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (CEAGU) lançará, em 2026, a campanha institucional **“No Tom da Integridade”**, iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da cultura ética e à ampliação da prevenção de riscos no âmbito da AGU. Encampada pela Comissão de Ética, a campanha é resultado de atuação coletiva e colaborativa entre diferentes áreas da instituição, contando com o trabalho conjunto da Coordenação de Integridade Pública da Corregedoria da AGU, do Núcleo de Governança e Integridade e da Assessoria Especial de Comunicação da Advocacia-Geral da União (Ascom/AGU). Essa articulação intersetorial evidencia que a promoção da integridade é compromisso compartilhado e transversal na instituição.



Alinhada ao Plano de Integridade 2025–2027, a campanha foi concebida com o propósito de tornar a integridade mais acessível, compreensível e aplicável no cotidiano institucional. A proposta parte do reconhecimento de que decisões éticas ocorrem, muitas vezes, em situações

concretas e recorrentes — e que a orientação precisa ser clara, prática e disponibilizada no momento oportuno.

Com enfoque educativo e preventivo, a campanha buscará disseminar o Código de Ética da AGU em linguagem simples e objetiva, padronizar mensagens sobre situações sensíveis — como conflito de interesses, hospitalidades, atividades externas e uso responsável de tecnologias — e estimular consultas preventivas aos canais institucionais de orientação.

Inspirada em boas práticas internacionais de promoção da integridade, a exemplo de iniciativas que priorizam a orientação antes da ocorrência de irregularidades, “No Tom da Integridade” adota abordagem não punitiva e centrada na decisão responsável. A lógica é clara: diante da dúvida, consulte antes. A ética, nesse contexto, é apresentada como instrumento de proteção da pessoa, da decisão e da própria instituição.

A campanha utilizará fundamentos de economia comportamental, com mensagens curtas, exemplos práticos, redução de barreiras ao acesso à informação e reforço de normas sociais positivas — fortalecendo a percepção de que, na AGU, perguntar e buscar orientação é parte natural da atuação responsável.

Com essa iniciativa, conduzida de forma integrada entre as áreas de ética, integridade, governança e comunicação, a Comissão de Ética reafirma seu compromisso com uma atuação preventiva, educativa e estratégica, consolidando a integridade como elemento estruturante da governança e da excelência institucional da Advocacia-Geral da União.



Agenda da Comissão de Ética da AGU



As reuniões da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (CEAGU) ocorrem, em caráter ordinário, com periodicidade mensal, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa de qualquer de seus membros, em consonância com as atribuições regimentais do colegiado.

Com o propósito de conferir transparência e previsibilidade à atuação da Comissão, divulgam-se as datas das reuniões do Colegiado realizadas em 2025 e as já programadas para o ano de 2026.

Para 2026, estão previstas as reuniões nas seguintes datas: 4 de fevereiro, 4 de março, 1º de abril, 6 de maio, 3 de junho, 1º de julho, 5 de agosto, 2 de setembro, 7 de outubro, 4 de novembro e 2 de dezembro.

Ressalta-se que as datas indicadas poderão sofrer ajustes, conforme necessidades institucionais ou deliberação do próprio Colegiado.

As datas podem ser consultadas no link a seguir:

[Agenda da Comissão de Ética da AGU](#)



Janeiro Branco: memória, cuidado e compromisso com a vida

O mês de janeiro, marcado pela campanha Janeiro Branco, é um convite à reflexão sobre saúde mental, cuidado e responsabilidade coletiva. É tempo de olhar para dentro, revisitar escolhas e reconhecer que, por trás das funções institucionais, existem pessoas — com histórias, sonhos, fragilidades e silêncios.

Neste ano, a presidente da Comissão de Ética da AGU, Mariana Cruz Montenegro, participou da Roda de Conversa sobre Janeiro Branco realizada no âmbito da AGU, no dia 28 de janeiro. Na ocasião, ao abordar o tema da saúde mental no serviço público, a presidente também prestou homenagem à memória de uma ex-integrante da Advocacia Pública, cuja partida completa dez anos nessa mesma data. A coincidência confere ainda mais significado ao momento de diálogo, memória e reflexão institucional.



A trajetória da ex-advogada pública também nos convida a refletir sobre as pressões, expectativas e cobranças que, muitas vezes, recaem — especialmente sobre as mulheres — e sobre como dores silenciosas podem permanecer invisíveis em ambientes de alta responsabilidade e exigência.

Falar sobre saúde mental é, igualmente, falar sobre ética: ética nas relações de trabalho, na construção de ambientes respeitosos, na escuta ativa, no acolhimento e na prevenção de qualquer forma de violência ou indiferença. É reconhecer que a integridade institucional também se expressa no modo como cuidamos uns dos outros.

Neste Janeiro Branco, a Comissão de Ética da AGU reforça a importância de uma cultura organizacional baseada no diálogo, na empatia e no respeito à dignidade humana. Promover a ética é também promover cuidado, fortalecer vínculos e criar espaços seguros para que todas as pessoas possam exercer suas funções com equilíbrio e saúde.

Que essas reflexões sirvam como aprendizado e compromisso coletivo: que nos inspirem a cultivar mais atenção, sensibilidade e responsabilidade compartilhada. E que possamos lembrar, sempre, que cuidar de si também é um ato de responsabilidade com o outro e com o interesse público.



BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

ENTREVISTA

Nesta edição de janeiro, o Boletim da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União traz uma entrevista especial com o psicólogo, Ramon Araujo Silva.



Psicólogo, mestre e doutor pela PUC-Campinas, atua com foco em saúde mental do trabalho e Logoterapia. Possui ampla experiência em psicologia clínica, psicologia do trabalho, psicologia da saúde e psicologia hospitalar, além de exercer docência no ensino superior. Ao longo de sua trajetória profissional, desenvolveu atividades em instituições públicas, privadas e nas forças armadas

Entrevistado: Ramon Araujo Silva – Psicólogo da Advocacia-Geral da União.

Tema: Janeiro Branco, Saúde Mental e Ética no Serviço Público.

Nesta entrevista, o psicólogo compartilha sua visão sobre a saúde mental, os desafios da ética e integridade no serviço público e o papel institucional da AGU sobre a temática.

Confira a seguir os trechos da entrevista, que abordam a relação do Janeiro Branco com a saúde mental e a conexão da saúde mental com a ética.

“O movimento Janeiro Branco convida à reflexão sobre a saúde mental como um valor essencial à vida e às relações humanas. No âmbito do serviço público, essa reflexão ganha contornos ainda mais relevantes, pois o equilíbrio emocional, o senso de propósito e a qualidade das relações profissionais impactam diretamente a atuação institucional e a confiança da sociedade. Cuidar da saúde mental não é apenas uma dimensão individual, mas também organizacional.

Nesse contexto, a promoção de um ambiente ético e íntegro constitui fator determinante para o bem-estar psíquico dos servidores. Ambientes marcados por respeito, transparência, justiça e responsabilidade reduzem tensões desnecessárias, fortalecem vínculos profissionais e favorecem a segurança psicológica. Por outro lado, práticas antiéticas, conflitos de interesse e condutas incompatíveis com os princípios da administração pública geram desgaste emocional, desconfiança e fragilizam tanto as pessoas quanto as instituições.

O combate à corrupção, portanto, não se limita à proteção do patrimônio público ou ao cumprimento de normas legais. Trata-se também de uma ação estruturante para a construção de um ambiente de trabalho saudável, no qual prevaleçam a equidade, a previsibilidade e a confiança. A ética no serviço público é um desafio permanente, que exige vigilância, comprometimento individual e fortalecimento contínuo das instâncias de governança e controle.

Na Advocacia-Geral da União, a integridade assume papel estratégico para o fortalecimento institucional. Ao consolidar práticas transparentes, decisões fundamentadas e condutas alinhadas aos valores republicanos, a AGU reafirma sua missão constitucional e fortalece sua credibilidade perante a sociedade. A integridade, nesse sentido, não é apenas um dever normativo, mas um ativo institucional que sustenta a legitimidade da atuação jurídica do Estado.

Assim, ao relacionar Janeiro Branco, saúde mental e integridade, evidencia-se que o cuidado com as pessoas e o compromisso com a ética caminham lado a lado. Promover saúde mental, enfrentar a corrupção e consolidar uma cultura de integridade são dimensões complementares de um mesmo propósito: fortalecer a AGU como instituição pública ética, confiável e comprometida com o interesse coletivo.”

Janeiro Branco e saúde mental

Poderia explicar o que é a campanha Janeiro Branco e qual a sua importância no contexto das instituições públicas?

“O Janeiro Branco é uma campanha brasileira criada em 2014 com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da saúde mental e do cuidado emocional. O mês de janeiro foi escolhido por simbolizar um período de recomeços, planejamento e reflexão, quando as pessoas tendem a pensar em metas e mudanças para o novo ano. Os objetivos da campanha são: Incentivar o diálogo sobre saúde mental; combater o estigma relacionado a transtornos mentais; promover a prevenção ao adoecimento emocional; Estimular o autocuidado e a busca por ajuda profissional.

No contexto das instituições públicas, a campanha Janeiro Branco tem papel estratégico ao promover o cuidado com a saúde mental de servidores e da população atendida. O ambiente de trabalho no setor público costuma envolver alta demanda, pressão e contato com situações de vulnerabilidade social. Nesse cenário, ações de conscientização ajudam a prevenir o adoecimento emocional e reduzir afastamentos por questões psicológicas. Também contribuem para melhorar o clima organizacional e prevenir casos de adoecimento mental. Servidores emocionalmente saudáveis tendem a tomar decisões mais equilibradas e atuar com mais empatia e eficiência. Isso impacta diretamente na qualidade do atendimento prestado à sociedade. Além disso, o poder público tem responsabilidade na formulação de políticas de saúde mental e na promoção de campanhas educativas. Assim, aderir ao Janeiro Branco reforça o compromisso institucional com o bem-estar coletivo. Servidores saudáveis promovem uma instituição saudável, e uma instituição saudável fortalece a saúde dos servidores. Ambos cooperam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.”

Como as ações realizadas pela AGU durante o Janeiro Branco contribuíram para ampliar o debate sobre saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho?

“As ações realizadas na AGU possibilitaram que seus integrantes refletissem profundamente sobre a saúde mental, reconhecessem a importância de combater tabus, repensassem a prática do autocuidado e se comprometessem com pequenas atitudes concretas capazes de promover e fortalecer o bem-estar coletivo. As rodas de conversa sobre propósito e sentido da vida, baseadas na teoria de Viktor Frankl, ampliaram o debate sobre saúde mental no ambiente de trabalho ao trazerem uma abordagem mais humanizada. A Logoterapia parte da ideia de que a busca por sentido é central para o ser humano, mesmo diante de desafios. As rodas de conversa promoveram reflexões sobre valores pessoais, o significado do trabalho e o enfrentamento de dificuldades. Favorecendo o autoconhecimento, a resiliência e uma postura mais consciente diante do estresse. Discutir propósito ajuda a reduzir desmotivação, vazio e risco de burnout. Além disso, fortalece o engajamento e a satisfação dos colaboradores. Ao reconhecer o impacto social e humano de suas atividades, os trabalhadores sentem maior pertencimento. Assim, as rodas foram além da prevenção de transtornos e da conscientização sobre a necessidade de cuidado com a saúde mental, promovendo bem-estar emocional e suscitando importantes reflexões sobre realização profissional e postura diante das dificuldades.”

A roda de conversa promovida pela AGU teve como foco a escuta, o diálogo e a reflexão coletiva. Qual a relevância desses espaços para a promoção da saúde mental?

“Espaços que valorizam a escuta, o diálogo e a reflexão coletiva são fundamentais para a promoção da saúde mental, pois criam um ambiente seguro para expressão de sentimentos e experiências. Esses encontros permitem que os participantes compartilhem desafios, fortaleçam vínculos e desenvolvam empatia, reduzindo sentimentos de isolamento e sobrecarga emocional. Além disso, a reflexão coletiva estimula o autoconhecimento e a conscientização sobre estratégias de enfrentamento do estresse. Ao favorecer a comunicação aberta, esses espaços contribuem para a prevenção do adoecimento mental, promovem o bem-estar no

ambiente de trabalho e fortalecem uma cultura organizacional mais humana e acolhedora.”

Em sua avaliação, quais são os principais desafios relacionados à saúde mental enfrentados atualmente por servidores e membros da administração pública?

“Atualmente, servidores e membros da administração pública enfrentam diversos desafios relacionados à saúde mental. Entre os principais estão a alta carga de trabalho, prazos apertados e pressão por resultados, que podem gerar estresse crônico e desgaste emocional. Muitos lidam com atendimento direto ao público, enfrentando situações de conflito, reclamações ou vulnerabilidade social, o que aumenta a tensão diária. A falta de reconhecimento e a sensação de pouca autonomia também contribuem para desmotivação e insatisfação profissional. Além disso, há o risco de burnout e esgotamento emocional, agravados pela dificuldade de equilibrar vida pessoal e trabalho. A ausência de políticas efetivas de prevenção e cuidado com a saúde mental e a persistência do estigma em relação a buscar ajuda psicológica dificultam que servidores recebam suporte adequado. Por fim, a instabilidade institucional e mudanças frequentes de gestão podem gerar insegurança e ansiedade, impactando o bem-estar no ambiente de trabalho. O assédio continua sendo um grave problema, especialmente em ambientes altamente politizados e menos técnico do que deveriam. Cenário em que nem sempre há justiça em termos de reconhecimento e valorização.”

Conexão entre saúde mental e ética

De que forma o cuidado com a saúde mental se relaciona com os princípios da ética no serviço público?

“O cuidado com a saúde mental se relaciona diretamente com os princípios da ética no serviço público, pois servidores emocionalmente saudáveis estão mais capacitados para agir com integridade, responsabilidade e imparcialidade, valores centrais à atuação ética. O equilíbrio emocional favorece a tomada de decisões justas e ponderadas, reduzindo

o risco de erros, abusos ou condutas inadequadas. Também é importante destacar que consciência e postura ética determinam cuidado, sensibilidade e justiça no trato com os outros. Além disso, um relacionamento respeitoso, educado e gentil entre colegas, ou entre superiores e subordinados, é um elemento fundamental para a preservação da saúde mental. Ressalta-se ainda que, quando a administração pública promove o bem-estar de seus servidores, ela demonstra compromisso com o princípio da dignidade humana, reforçando o respeito à pessoa e à diversidade de experiências. Servidores que recebem apoio psicológico e emocional tendem a atender o público com mais empatia, transparência e equidade, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições. Assim, investir na saúde mental não apenas protege os trabalhadores, mas também promove práticas éticas e eficientes no serviço público. Colegas, superiores e subordinados, ao agirem com ética, contribuem direta ou indiretamente para a saúde mental de todos que compartilham o ambiente de trabalho.”

É possível afirmar que promover ambientes de trabalho saudáveis, respeitosos e acolhedores também é uma prática ética? Por quê?

“Sim, é possível afirmar que promover ambientes de trabalho saudáveis, respeitosos e acolhedores é uma prática ética, pois reflete o compromisso com a dignidade, o respeito e o bem-estar das pessoas, princípios fundamentais da ética no serviço público. Ao garantir condições que favoreçam a saúde física e mental dos servidores, a instituição demonstra responsabilidade social, equidade e cuidado com seus profissionais. Ambientes assim também estimulam a cooperação, a transparência e o tratamento justo, fortalecendo relações interpessoais e a confiança entre colegas e com a sociedade. Dessa forma, cuidar do ambiente de trabalho não é apenas uma questão de gestão, mas uma prática ética que promove respeito, valorização humana e qualidade no serviço público.”

Como a ética nas relações interpessoais — como respeito, empatia e escuta — impacta diretamente o bem-estar psicológico no ambiente institucional?

“A ética nas relações interpessoais, pautada em respeito, empatia e escuta, impacta diretamente o bem-estar psicológico no ambiente institucional porque cria um clima de segurança emocional e valorização. Quando servidores se sentem ouvidos e tratados com consideração, reduz-se o estresse e a ansiedade, aumentando a motivação e a satisfação no trabalho. A empatia favorece a compreensão mútua e a cooperação, diminuindo conflitos e promovendo relações mais harmoniosas. O respeito nas interações contribui para a sensação de pertencimento e reconhecimento, elementos essenciais para a saúde mental. Assim, cultivar comportamentos éticos nas relações diárias fortalece a resiliência, previne o esgotamento emocional e promove um ambiente institucional mais acolhedor e produtivo.”

Qual o papel das lideranças na construção de uma cultura organizacional que valorize a saúde mental e esteja alinhada aos valores éticos da AGU?

“As lideranças desempenham um papel central na construção de uma cultura organizacional que valorize a saúde mental e esteja alinhada aos valores éticos da AGU, pois são responsáveis por modelar comportamentos, definir prioridades e influenciar atitudes dentro da instituição. Ao promover ambientes de trabalho acolhedores, apoiar práticas de bem-estar e incentivar o diálogo aberto sobre saúde emocional, líderes demonstram compromisso com a dignidade e o respeito pelos servidores. Os líderes devem ser exemplos de educação, polidez, respeito ao próximo e postura ética, além de adotar uma postura firme contra qualquer forma de assédio. Também devem incentivar comportamentos corretos e repudiar atitudes inadequadas por parte dos subordinados. Além disso, ao agir com transparência, empatia e equidade, fortalecem a confiança e o engajamento das equipes, reduzindo

conflitos e promovendo relações saudáveis. Líderes que reconhecem e valorizam o equilíbrio entre demandas profissionais e cuidado pessoal contribuem para prevenir o estresse, o burnout ou qualquer tipo de adoecimento ou mal-estar relacionado ao trabalho, consolidando uma cultura ética, humanizada e comprometida com a qualidade do serviço público.”

Mensagem final

Que mensagem o(a) senhor(a) deixaria aos servidores da AGU sobre a importância de cuidar da saúde mental e valorizar a vida, não apenas em janeiro, mas ao longo de todo o ano?

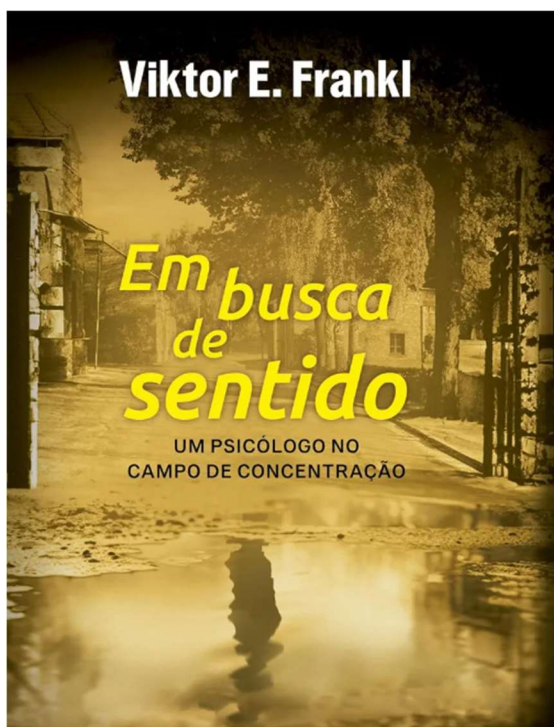
“A mensagem que deixo aos servidores da AGU é que cuidar da saúde mental e valorizar a vida deve ser uma prática constante, e não apenas durante campanhas como o Janeiro Branco. É fundamental reconhecer que o bem-estar emocional influencia diretamente a qualidade do trabalho, as relações interpessoais e a realização pessoal. Reservar tempo para ouvir-se, refletir sobre propósito, buscar apoio quando necessário e equilibrar vida profissional e pessoal são atitudes que fortalecem a resiliência e a motivação. Valorizar a vida significa também cultivar empatia, respeito e cuidado com colegas, construindo um ambiente de trabalho saudável e acolhedor. Investir em si mesmo e no bem-estar coletivo é, acima de tudo, um compromisso ético e humano que deve acompanhar cada dia do ano.”

Dica cultural

Dica de livro

Em busca de sentido

A dica de leitura do mês foi sugerida pelo psicólogo Ramon Araujo Silva, servidor da Advocacia-Geral da União.



Em *Em Busca de Sentido*, Viktor Frankl relata sua experiência como prisioneiro em campos de concentração nazistas e apresenta os fundamentos da Logoterapia, abordagem psicológica por ele desenvolvida. A obra parte da premissa de que a principal motivação do ser humano é a busca de sentido para a vida, mesmo em contextos de dor e adversidade. Ao refletir sobre sua vivência extrema, Frankl sustenta que, ainda quando não podemos alterar as circunstâncias, permanece a liberdade interior de escolher a atitude com a qual enfrentamos cada situação. O sentido pode ser encontrado por meio do trabalho, do amor, da vivência de valores e da postura assumida diante das adversidades.

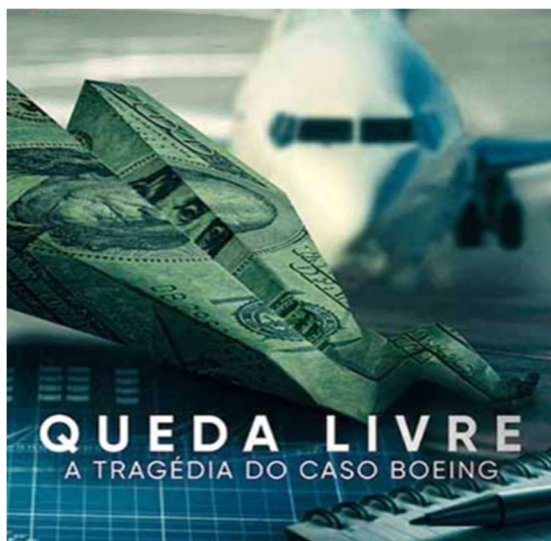
O livro dialoga profundamente com a campanha Janeiro Branco, pois reforça a importância de refletir sobre propósito, escolhas e responsabilidade pessoal — temas centrais para a promoção da saúde mental. Ao destacar que a vida sempre possui um sentido, mesmo em situações difíceis, Frankl oferece uma perspectiva que fortalece a resiliência e previne o vazio existencial, frequentemente associado ao sofrimento psíquico.

Assim, *Em Busca de Sentido* não trata apenas de sobrevivência, mas de dignidade, responsabilidade e construção de significado — fundamentos essenciais para a saúde mental, para a ética nas relações e para a valorização da vida ao longo de todo o ano.

Dica de filme

Queda Livre: A Tragédia do Caso Boeing

A dica de filme do mês foi sugerida pela Mariana Cruz Montenegro, presidente da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União.



O documentário *Queda Livre: A Tragédia do Caso Boeing* analisa os fatores que levaram aos dois acidentes envolvendo aeronaves Boeing 737 MAX, ocorridos em 2018 e 2019, que resultaram na morte de centenas de pessoas. A obra investiga como decisões corporativas pautadas pela pressão do mercado e pela maximização de lucros acabaram se sobrepondo a princípios fundamentais de segurança, transparência e responsabilidade.

Ao longo do filme, são apresentados elementos que indicam falhas graves na governança corporativa, na gestão de riscos e nos mecanismos de controle interno da empresa, além de questionamentos sobre a relação entre a Boeing e os órgãos reguladores. A narrativa evidencia como a priorização dos interesses dos acionistas, em detrimento da proteção da vida humana, comprometeu a credibilidade de uma organização historicamente reconhecida por seu compromisso com a segurança.

O caso Boeing oferece importantes reflexões alinhadas à atuação da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, ao demonstrar que a ética não pode ser relativizada por pressões econômicas ou institucionais. O documentário reforça a importância de decisões responsáveis, da observância rigorosa dos deveres éticos, da integridade organizacional e da prevalência do interesse público, especialmente em contextos nos quais falhas éticas podem gerar impactos irreversíveis à sociedade.

Trata-se de uma obra que contribui para o debate sobre ética, governança e accountability, evidenciando que a ausência de uma cultura ética sólida pode comprometer não apenas a reputação institucional, mas também vidas humanas.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 15 – Janeiro de 2026

Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União

Mariana Cruz Montenegro (Presidente)
Priscila Cunha do Nascimento (titular)
Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)
Micheline Silveira Forte (suplente)
Raquel Barbosa de Albuquerque (suplente)
Pedro Henrique Peixoto Leal (suplente)

Secretaria-Executiva

Paulo Sérgio Ribeiro (Secretário-Executivo Substituto)
Daiane de Souza Lindemberg (Administradora)
Flávio Sales Ferreira (Apoio Técnico Especializado)
Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)
Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor)
Ariane Goncalves Morato (estagiária)